

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

**MANUAL DE
PROCESSO PENAL**

3^a
edição revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 11.01.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876m

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de processo penal / Guilherme de Souza Nucci. 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-596-4367-7

1. Processo penal – Brasil. 2. Processo penal Manuais, guias, etc. – Brasil. I. Título.

21-75237

CDU: 343.1(81)

Sumário

Capítulo I

PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Conceito de processo penal	1
2. O processo penal democrático	2
Síntese	3

Capítulo II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL

1. <u>Introdução</u>	5
2. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal	5
3. Princípios constitucionais explícitos do processopenal	6
3.1 Concernentes ao indivíduo	6
3.1.1 Princípio da presunção de inocência	6
3.1.1.1 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo, favor rei, favor innocentiae, favor libertatis</i>) e da imunidade à autoacusação	7
3.1.2 Princípio da ampla defesa	8
3.1.3 Princípio da plenitude de defesa	8
3.2 Concernente à relação processual	9
3.2.1 Princípio do contraditório	9
3.3 Concernentes à atuação do Estado	10

3.3.1	Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes	10
3.3.2	Princípio da publicidade	11
3.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas	12
3.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar.....	13
3.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri	13
3.3.5.1	Sigilo das votações	13
3.3.5.2	Soberania dos veredictos	14
3.3.5.3	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	14
3.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar	14
4.	Princípios constitucionais implícitos do processo penal	14
4.1	Concernente à relação processual	14
4.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	14
4.2	Concernentes à atuação do Estado	15
4.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial.....	15
4.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal.....	15
4.2.3	Princípio da oficialidade	16
4.2.4	Princípio da intranscendência	16
4.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato	17
5.	Princípios meramente processuais penais	17
5.1	Concernentes à relação processual.....	17
5.1.1	Princípio da busca da verdade real	17
5.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz.....	18
5.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	19
5.1.4	Princípio da comunhão da prova	19
5.2	Concernentes à atuação do Estado	19
5.2.1	Princípio do impulso oficial	19
5.2.2	Princípio da persuasão racional	20
5.2.3	Princípio da colegialidade	20
Síntese		21

Capítulo III
SISTEMAS DE PROCESSO PENAL

1.	Sistema inquisitivo	27
2.	Sistema acusatório	28
3.	Sistema misto	28
4.	Opção do sistema processual brasileiro	29
Síntese		29

Capítulo IV

FONTES DO PROCESSO PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Conceito de fonte	31
2. Fontes materiais	31
3. Fontes formais	32
4. Interpretação da lei processual penal	33
Síntese	34

Capítulo V

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Princípio da territorialidade	35
2. Conceito de tratado e convenção	35
3. Regras de direito internacional	36
4. Exceção à regra da territorialidade	36
5. Conflito entre tratado e direito interno	37
6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais	38
7. Jurisdição política	39
8. Justiça Especial	39
9. Tribunal de Segurança Nacional	39
10. Legislação especial	40
Síntese	40

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. Regra geral	41
2. Normas processuais penais materiais	42
Síntese	43

Capítulo VII

INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO

1. Conceito de inquérito policial	45
1.1 Juiz das garantias	46
1.1.1 Atribuições do juiz das garantias	47
1.1.2 Prorrogação do inquérito	52
1.1.3 Encaminhamento da investigação	52
1.1.4 Designação do juiz das garantias	53
1.1.5 Tutela da imagem dos presos	54
2. Polícia judiciária	55
3. Outras investigações criminais	55
4. Início do inquérito policial	56
5. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação	57
6. <i>Notitia criminis</i>	57

7. <i>Delatio criminis</i>	57
8. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro.....	58
9. Requisição, requerimento e representação.....	58
10. Negativa de cumprimento à requisição.....	59
11. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação.....	59
12. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima.....	60
13. Procedimento da autoridade policial.....	61
14. Indiciamento e constrangimento ilegal.....	61
15. Requisição de indiciamento.....	61
16. Motivação do indiciamento.....	62
17. O indiciado como objeto da investigação.....	62
18. Regras do interrogatório.....	62
19. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica.....	63
20. Reconstituição do crime.....	63
21. Prazo para a conclusão do inquérito.....	64
22. Contagem dos prazos.....	65
23. Cômputo do período de prisão temporária.....	66
24. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial.....	66
25. Instrumentos do crime e objetos de prova.....	67
26. Particularidades do inquérito policial.....	67
26.1 Inquisitivo.....	67
26.1.1 Situação especial para os agentes de segurança pública.....	67
26.1.2 Vetos realizados aos §§ 3º, 4º e 5º ao art. 14-A, mas derrubados pelo Parlamento.....	69
26.2 Sigiloso.....	70
26.3 Incomunicabilidade do indiciado.....	72
27. Relatório final.....	72
28. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público.....	73
29. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade.....	73
30. Termo circunstanciado.....	74
31. Curador.....	74
32. Arquivamento do inquérito e outras providências.....	74
32.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação.....	75
32.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC).....	76
32.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo.....	76
32.3 Requerimento de arquivamento em competência originária.....	76
32.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública.....	77
32.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador-Geral.....	77
32.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito.....	77

32.7 Arquivamento indireto	78
32.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal.....	78
32.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências	79
33. Trancamento do inquérito policial.....	79
34. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito.....	79
35. Acordo de não persecução penal	80
Síntese.....	82

Capítulo VIII AÇÃO PENAL

1. Fundamento constitucional.....	83
2. Conceito de ação penal	83
3. Espécies de ação penal.....	84
4. Ação penal popular.....	85
5. Processo, procedimento e pressupostos processuais	85
6. Início da ação penal.....	86
7. Condições genéricas da ação penal	87
7.1 Possibilidade jurídica do pedido	88
7.2 Interesse de agir	90
7.3 Legitimidade de parte	90
7.4 A justa causa para a ação penal.....	91
8. Condições específicas da ação penal.....	91
9. Representação do ofendido	92
10. Requisição do Ministro da Justiça	95
11. Ação penal privada e suas particularidades	97
11.1 Decadência	97
11.2 Renúncia	99
11.3 Perdão.....	100
11.4 Perempção	102
11.5 Ação privada subsidiária da pública	104
11.6 Espécies de ação privada.....	106
11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa	106
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania	107
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa	108
12.1 Denúncia ou queixa genérica.....	110
12.2 Denúncia ou queixa alternativa	111
12.3 Concisão da denúncia ou queixa	111
12.4 Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento.....	111
12.5 Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal	112
12.6 Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa	112
12.7 Poderes especiais para o ingresso de queixa	113
12.8 Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa	113

12.9	Aditamento da queixa pelo Ministério Público.....	114
12.10	Intervenção do Ministério Público na ação penal privada.....	115
12.11	Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem.....	115
13.	Reconhecimento da extinção da punibilidade.....	116
13.1	Morte do réu.....	116
13.2	Certidão de óbito falsa.....	117
	Síntese.....	118

Capítulo IX

AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1.	Conceito.....	121
2.	Separação da jurisdição.....	122
3.	Sentença condenatória como título executivo.....	123
4.	Sentença concessiva de perdão judicial.....	124
5.	Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa.....	124
6.	Revisão criminal.....	124
7.	Extensão do ressarcimento do dano.....	124
8.	Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal.....	125
9.	Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível.....	126
10.	Existência de sentença absolutória penal.....	127
11.	Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público.....	128
	Síntese.....	128

Capítulo X

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Conceito de jurisdição.....	129
2.	Princípios regentes da jurisdição criminal.....	130
3.	Conceito de competência.....	130
4.	Competência absoluta e competência relativa.....	130
5.	Quadro geral de competência.....	131
6.	O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro.....	132
6.1	O domicílio ou residência do réu como foro supletivo.....	134
6.2	A matéria como regra específica de competência.....	136
6.3	A prerrogativa de foro como regra específica de competência.....	139
6.3.1	Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria.....	140
6.3.2	Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função.....	144
6.3.2.1	Magistrados e membros do Ministério Público.....	144
6.3.2.2	Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado.....	145
6.3.2.3	Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa.....	145
6.3.2.4	Exceção da verdade nos crimes contra a honra.....	146

6.3.3	Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria.....	147
6.3.3.1	Pontos relevantes acerca da Justiça Militar.....	147
6.3.3.2	A competência especial do juiz da execução penal.....	147
6.4	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva.....	149
6.5	Conexão e continência como regras de alteração de competência.....	150
6.5.1	Conceito de conexão.....	151
6.5.2	Conexão material e conexão processual.....	152
6.5.3	Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo.....	153
6.5.4	Espécies de conexão.....	154
6.5.4.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade.....	154
6.5.4.2	Conexão intersubjetiva por concurso.....	154
6.5.4.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade.....	155
6.5.4.4	Conexão objetiva.....	155
6.5.4.5	Conexão instrumental.....	156
6.5.5	Conceito de continência.....	156
6.5.5.1	Continência em razão do concurso de pessoas.....	156
6.5.5.2	Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso.....	157
6.5.5.3	Continência em razão do concurso formal de crimes.....	157
6.5.6	Diferença entre crime único, conexão e continência.....	157
6.6	A prevenção como critério residual de fixação de competência.....	158
7.	Regras para a eleição do foro prevalente.....	160
7.1	Competência prevalente do júri.....	160
7.1.1	Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia.....	160
7.1.2	Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri.....	161
7.2	Jurisdição da mesma categoria.....	161
7.3	Jurisdição de categoria diversa.....	162
7.3.1	Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição.....	163
7.4	Jurisdição comum e especial.....	163
7.4.1	Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual.....	164
7.4.2	Justiça Federal e contravenção penal.....	164
8.	Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência.....	164
8.1	Jurisdição comum e jurisdição militar.....	164
8.2	Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude.....	165
8.3	Separação dos processos em face da superveniência de doença mental.....	166
8.4	Impossibilidade de julgamento de réu ausente.....	166
8.5	Separação dos processos em razão da recusa de jurados.....	167
9.	Separação facultativa dos processos.....	167
9.1	Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado.....	167

9.2	Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados.....	168
9.3	Separação facultativa em face de motivo relevante.....	168
10.	Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência.....	168
11.	Conexão e continência no contexto das investigações policiais.....	169
12.	Autoridade de jurisdição prevalente	169
13.	Regras de aplicação da lei processual penal no espaço.....	170
13.1	Crimes a bordo de embarcações.....	170
13.2	Crimes a bordo de aeronaves.....	171
13.3	Regra residual de competência.....	172
Síntese	172

Capítulo XI
INCIDENTES PROCESSUAIS

1.	Introdução e conceitos.....	183
2.	Questões prejudiciais.....	184
2.1	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar.....	184
2.2	Prejudiciais homogêneas e heterogêneas.....	184
2.3	Prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	184
2.3.1	Prejudiciais obrigatórias.....	184
2.3.2	Prejudiciais facultativas.....	186
2.4	Prejudiciais devolutivas e não devolutivas	187
3.	Procedimentos incidentes.....	187
3.1	Exceções.....	187
3.1.1	Exceções de suspeição e de impedimento.....	188
3.1.2	Rol de causas de suspeição e de impedimento	188
3.1.3	Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício.....	189
3.1.4	Procedimento para a recusa do juiz.....	189
3.1.5	Procedimento do juiz.....	190
3.1.6	Consequências da procedência da exceção	192
3.1.7	Suspeição ou impedimento em tribunal.....	192
3.1.8	Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público	193
3.1.9	Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares.....	194
3.1.10	Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri.....	195
3.1.11	Suspeição ou impedimento das autoridades policiais.....	196
3.1.12	Exceção de incompetência.....	197
3.1.13	Formalidades para a interposição da exceção de incompetência.....	197
3.1.14	Exceção de litispendência	198
3.1.15	Formalidades para a interposição da exceção de litispendência	199
3.1.16	Exceção de ilegitimidade de parte.....	199
3.1.17	Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte... ..	200
3.1.18	Exceção de coisa julgada.....	200
3.1.19	Coisa julgada material e coisa julgada formal	201
3.1.20	Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	202

3.1.21	Limites da coisa julgada	202
3.1.22	Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada	204
3.1.23	Petição única contendo mais de uma exceção.....	204
3.2	Incompatibilidades e impedimentos.....	204
3.2.1	Consequência do impedimento	205
3.3	Conflito de competência.....	206
3.3.1	Conflito de atribuição.....	207
3.3.2	Falso conflito de atribuição.....	207
3.3.3	Conflito em decorrência de conexão e continência	208
3.3.4	Procedimento para o conflito de competência	208
3.3.5	Outras possibilidades de conflito de competência	210
3.3.6	Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal	210
3.3.7	Suspensão do processo em caso de conflito	211
3.4	Restituição de coisas apreendidas.....	211
3.4.1	Procedimento da restituição de coisas apreendidas	213
3.4.2	Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração	214
3.4.3	Prazo máximo para requerer a restituição.....	214
3.5	Medidas assecuratórias	215
3.5.1	Sequestro	215
3.5.1.1	Requisito fundamental para o sequestro	216
3.5.1.2	Procedimento do sequestro	216
3.5.1.3	Levantamento do sequestro.....	219
3.5.2	Especialização de hipoteca legal.....	219
3.5.2.1	Procedimento para a especialização	220
3.5.3	Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas	221
3.5.3.1	Procedimento do arresto dos bens móveis	221
3.5.4	Finalização da especialização e do arresto.....	221
3.5.5	Alienação antecipada de bens.....	222
3.6	Incidente de falsidade.....	223
3.6.1	Procedimento do incidente de falsidade.....	223
3.6.2	Sobre os termos falsidade e documento.....	224
3.6.3	Efeitos limitados da decisão do incidente.....	224
3.7	Incidente de insanidade mental.....	225
3.7.1	Procedimento do incidente de insanidade mental	226
3.7.2	Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado....	227
3.7.3	Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental...	228
3.8	Incidente de ilicitude de prova.....	228
	Síntese	229

Capítulo XII PROVAS

1.	Conceito e sentido de prova	235
2.	Meios de prova	236

2.1 Prova emprestada	236
2.2 Provas ilícitas	236
3. Finalidade e objeto da prova	237
4. Ônus da prova	238
4.1 Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz	239
5. Sistemas de avaliação da prova	240
6. Exame de corpo de delito e perícias em geral	241
6.1 Disposições gerais	241
6.2 Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito	242
6.2.1 Cadeia de custódia	243
6.3 Confissão e corpo de delito	244
6.4 Formalização do laudo pericial	245
6.5 Necropsia	247
6.6 Exumação e inumação	247
6.7 Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais	248
6.8 Exame de local	249
6.9 Exame laboratorial	249
6.10 Perícia em furto qualificado e crimes afins	250
6.11 Laudo de avaliação	251
6.12 Exame de local de incêndio	251
6.13 Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico)	252
6.14 Exame dos instrumentos do crime	253
6.15 Quesitos na realização de perícia	254
6.16 Exame por precatória	254
6.17 Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial	254
6.18 Indeferimento da produção de prova pericial	256
7. Interrogatório	257
7.1 Conceito	257
7.2 Natureza jurídica do interrogatório	257
7.3 Obrigatoriedade do interrogatório	257
7.4 Interrogatório da pessoa jurídica	258
7.5 Presença do defensor	259
7.6 Interrogatório de réu preso	260
7.6.1 Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência	260
7.6.2 Procedimento para o uso da videoconferência	261
7.6.3 Outros atos processuais e videoconferência	262
7.7 Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório	263
7.8 Classificação do interrogatório	263
7.9 Direito do acusado ou indiciado ao silêncio	264
7.10 Procedimento do interrogante e do interrogado	265
7.11 Colaboração das partes no interrogatório	265
7.12 Interrogatório em separado	266

7.13	Formas especiais de interrogatório	266
7.14	Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes.....	267
7.15	Renovação do interrogatório.....	268
8.	Confissão.....	268
8.1	Conceito de confissão	268
8.2	Natureza jurídica e objeto da confissão.....	269
8.3	Espécies de confissão	269
8.4	A delação premiada e suas fontes legais	269
8.5	CrITÉrios de avaliação da confissão e confronto com outras provas	271
8.6	Silêncio como elemento para o convencimento do juiz.....	271
8.7	Divisibilidade da confissão.....	271
8.8	Retratabilidade da confissão	272
9.	Do ofendido.....	272
9.1	Conceito de ofendido	272
9.2	Diversidade entre ofendido e testemunha.....	272
9.3	Obrigatoriedade da sua inquirição.....	273
9.4	Valor probatório da palavra da vítima.....	273
9.5	Vítima não comete falso testemunho.....	274
9.6	Condução coercitiva e processo por desobediência	274
9.7	Comunicação dos atos processuais ao ofendido	275
9.8	Assistência ao ofendido	276
9.9	Preservação da intimidade do ofendido.....	276
10.	Prova testemunhal	277
10.1	Conceito de testemunha	277
10.2	Natureza jurídica	277
10.3	Classificação das testemunhas	277
10.4	Informante ou declarante	278
10.5	Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento.....	278
10.6	Depoimento do menor inimputável comparsa do réu	279
10.7	Corréu como testemunha.....	280
10.8	Testemunho único.....	280
10.9	A importância do compromisso.....	280
10.10	Recusa em depor	281
10.11	Formalidades da colheita do depoimento.....	282
10.12	Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa.....	282
10.13	Proibição de depor	284
10.14	Impedimento legal para o compromisso.....	285
10.15	Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público.....	285
10.16	Colheita dos depoimentos em separado	286
10.17	Finalização do sistema presidencialista de inquirição.....	287
10.18	Apreciação pessoal da testemunha	288
10.19	Contradita	289
10.20	Influência do acusado na colheita do depoimento.....	290

10.21	Regularidade da intimação da testemunha.....	292
10.22	Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória.....	293
10.23	Obrigatoriedade de participação do intérprete.....	296
10.24	Ausência, enfermidade e velhice da testemunha	296
11.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	297
11.1	Conceito de reconhecimento.....	297
11.2	Natureza jurídica	297
11.3	Reconhecimento fotográfico.....	297
11.4	Formalidades para o reconhecimento	297
11.5	Valor do reconhecimento como meio de prova.....	299
11.6	Reconhecimento informal.....	300
11.6.1	Reconhecimento por meio de videoconferência	300
11.7	Reconhecimento de coisa.....	300
11.8	Reconhecimento coletivo ou em grupo.....	301
11.9	Reconhecimento de imagens e vozes.....	301
12.	Acareação	301
12.1	Conceito de acareação	301
12.2	Natureza jurídica.....	301
12.3	Valor da acareação.....	301
12.4	Admissibilidade da acareação.....	302
12.5	Objeto da acareação	302
12.6	Requerimento das partes ou procedimento de ofício.....	302
12.7	Procedimento do magistrado na condução da acareação.....	303
12.8	Acareação à distância.....	303
13.	Prova documental.....	304
13.1	Conceito de documento	304
13.2	Regra para apresentação de documentos no processo.....	304
13.3	Documentos nominativo e anônimo.....	304
13.4	Fotografia do documento.....	305
13.5	Valoração e licitude do documento.....	305
13.6	Diligência de ofício	306
13.7	Documentos em língua estrangeira e a pública-forma	306
13.8	Finalização do processo e destino dos documentos	307
13.9	Documento e “documentação”	308
14.	Prova indiciária	308
14.1	Conceito de indício	308
14.2	Indução.....	308
14.3	Integração entre indução e dedução	309
14.4	Valor probatório dos indícios	309
14.5	Diferença entre indício e presunção	310
14.6	Contraindícios	310
15.	Busca e apreensão	310
15.1	Conceito de busca e apreensão.....	310

15.2	Natureza jurídica	311
15.3	Momentos para a sua realização.....	311
15.4	Regras especiais de busca e apreensão	312
15.5	Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio	312
15.6	Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal	312
15.7	Mandado judicial certo e determinado	314
15.8	Exigência do mandado judicial para a polícia	316
15.9	Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua expedição.....	316
15.10	Dispensa do mandado de busca pessoal	318
15.11	Formalidades para a realização de busca domiciliar	318
15.12	Locais equiparados a domicílio	321
15.13	Busca em território alheio	321
Síntese		322

Capítulo XIII

AS PARTES NO PROCESSO PENAL

1.	Juiz	325
1.1	O juiz como sujeito da relação processual.....	325
1.2	Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros.....	325
1.3	Regularidade do processo e princípio do impulso oficial.....	326
1.4	Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos	326
1.5	Suspeição do juiz	328
1.6	Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição.....	331
1.7	Criação proposital de animosidade por má-f�	331
2.	Ministério Público	331
2.1	O Ministério Público como sujeito e parte na relação processual.....	331
2.2	Impedimento do representante do Ministério Público	333
2.3	Funções principais no processo penal	334
3.	Acusado	334
3.1	O acusado como parte na relação processual	334
3.2	Indisponibilidade do direito de defesa.....	335
3.3	Inviabilidade de se exigir a colaboração do réu na produção de prova.....	335
4.	Defensor	335
4.1	Crêterios para nomeação, situação no processo e autodefesa	335
4.2	Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa <i>ad hoc</i>	339
4.3	Nomeação no termo e impedimento	340
5.	Curador	341
6.	Assistência.....	341
6.1	Assistente de acusação	341
6.2	Intervenção do ofendido.....	341
6.3	Intervenção de outras pessoas como assistente de acusação	342
6.4	Intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo	343

6.4.1	A figura do <i>amicus curiae</i> no processo penal	343
6.5	Recebimento da causa no estado em que estiver	344
6.6	Corréu como assistente	344
6.7	Atribuições do assistente	344
6.8	Oposição do Ministério Público à admissão do assistente	345
7.	Funcionários da Justiça	346
7.1	Denominação	346
7.2	Suspeição	346
8.	Peritos e intérpretes	347
8.1	Perito	347
8.2	Intérprete	347
8.3	Juiz atuando como perito ou intérprete	347
8.4	Disciplina judiciária do perito	347
8.5	Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória	348
8.6	Impedimento dos peritos.....	348
8.7	Suspeição dos peritos	349
Síntese	349

Capítulo XIV

PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Conceito de prisão	351
2.	Fundamento constitucional da prisão.....	351
3.	Espécies de prisão processual cautelar	351
4.	Controle da legalidade da prisão	352
5.	Conceito de liberdade provisória	353
6.	Fundamento constitucional da liberdade provisória	353
7.	Formalidades da prisão	353
8.	Análise das modalidades de prisão cautelar	358
8.1	Prisão temporária	358
8.2	Prisão em flagrante	360
8.2.1	Flagrante facultativo e flagrante obrigatório	362
8.2.2	Flagrante próprio ou perfeito	363
8.2.3	Flagrante impróprio ou imperfeito	363
8.2.4	Flagrante presumido	364
8.2.5	Flagrante preparado ou provocado	364
8.2.6	Flagrante forjado	365
8.2.7	Flagrante esperado	365
8.2.8	Flagrante diferido ou retardado	365
8.2.9	Flagrante nos crimes permanentes e habituais.....	366
8.2.10	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante.....	366
8.2.11	Controle jurisdicional da prisão em flagrante.....	368
8.3	Prisão preventiva	369
8.3.1	Momento da decretação e período de duração	370

8.3.2	Requisitos para a decretação da prisão preventiva.....	371
8.3.3	Fundamentação da prisão preventiva.....	375
8.3.4	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva.....	376
8.3.5	Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu.....	377
8.3.6	A apresentação espontânea do acusado.....	378
8.4	Prisão decorrente de pronúncia.....	378
8.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	379
8.6	Medidas cautelares alternativas à prisão.....	381
8.6.1	Espécies de medidas cautelares.....	381
8.6.2	Requisitos para a decretação das medidas cautelares.....	382
8.6.3	Aplicação do contraditório e da ampla defesa.....	384
8.6.4	Descumprimento da medida cautelar alternativa.....	384
8.6.5	A detração no contexto das medidas cautelares alternativas.....	384
8.7	Prisão domiciliar.....	385
9.	Liberdade provisória.....	386
9.1	Liberdade provisória com fiança.....	386
9.1.1	Hipóteses que vedam a concessão de fiança.....	388
9.1.2	Valor da fiança.....	389
9.1.3	Condições da fiança.....	390
9.1.4	Fiança definitiva.....	391
9.1.5	Consequências possíveis da fiança.....	393
10.	Liberdade provisória sem fiança.....	396
10.1	Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema.....	396
10.2	Definição jurídica do fato e liberdade provisória.....	398
	Síntese.....	398

Capítulo XV CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1.	Conceito de citação.....	401
2.	Formas de citação.....	401
2.1	Citação por mandado.....	401
2.1.1	Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades.....	403
2.2	Citação do militar.....	404
2.3	Citação do funcionário público.....	404
2.4	Citação do réu preso.....	404
2.5	Citação por edital e por hora certa.....	405
2.5.1	Conteúdo do edital.....	406
3.	Suspensão do processo e da prescrição.....	406
4.	Conceito de intimação.....	408
5.	Procedimento para as intimações.....	409
	Síntese.....	410

Capítulo XVI SENTENÇA

1. Conceito de sentença.....	413
2. Outros atos jurisdicionais.....	413
3. Natureza jurídica da sentença.....	414
4. Outras classificações.....	415
5. Conteúdo da sentença.....	415
6. Modificação da definição jurídica do fato.....	416
7. Correlação entre acusação e sentença.....	417
8. Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato.....	418
9. Independência do juiz para julgar.....	420
10. Absolvição vinculada.....	420
11. Elementos da sentença condenatória.....	422
11.1 Detração e regime inicial de cumprimento da pena.....	422
12. Publicação e intimação da sentença.....	423
13. Efeitos da sentença condenatória.....	424
Síntese.....	425

Capítulo XVII PROCEDIMENTOS

1. Processo e procedimento.....	427
2. Procedimento e devido processo legal.....	427
3. Procedimento comum e procedimento especial.....	428
4. Procedimento comum.....	429
4.1 Procedimento ordinário.....	429
4.2 Procedimento sumário.....	433
4.3 Procedimento sumaríssimo.....	435
5. Procedimentos especiais.....	435
5.1 Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais.....	435
5.2 Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom exemplo.....	436
5.3 Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos....	439
5.4 Procedimento dos crimes falimentares.....	440
5.5 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	444
5.6 Procedimento dos crimes contra a honra.....	446
5.7 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	449
5.8 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos.....	453
Síntese.....	456

Capítulo XVIII TRIBUNAL DO JÚRI

1. O Júri na Constituição Federal.....	473
2. O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário.....	474

3. Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	475
4. A formação da culpa no procedimento do júri	476
5. O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação	476
6. Pronúncia.....	479
6.1 Requisitos para a pronúncia.....	479
6.2 Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados	480
6.3 Os crimes conexos na pronúncia.....	481
6.4 Alteração da classificação do crime	482
6.5 Possibilidade de correção da pronúncia	482
7. Impronúncia.....	483
8. Desclassificação da infração penal	483
9. Absolvição sumária.....	485
10. Intimação da pronúncia.....	486
11. Libelo crime-acusatório.....	486
11.1 Conceito.....	486
12. Fase de preparação do Plenário	487
12.1 Produção antecipada de provas	487
12.2 Desaforamento.....	488
12.3 Supressão de nulidade.....	491
12.4 Providências para o julgamento	492
13. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado.....	493
13.1 Organização do Júri.....	493
13.2 Composição do Júri.....	495
13.3 Função do jurado.....	495
14. Julgamento em Plenário	498
14.1 Formalidades iniciais	498
14.2 Formação do Conselho de Sentença	501
14.3 Interrogatório do réu.....	505
14.4 Relatório do processo e leitura de peças.....	506
14.5 Produção da prova testemunhal, incluída a vítima.....	507
14.6 Debates.....	508
14.7 Procedimento para o julgamento	511
14.8 Quesitos e questionário	513
14.8.1 Regras para a redação do questionário.....	514
14.8.2 O quesito defensivo e a tese da legítima defesa da honra	519
14.9 Votação em sala secreta.....	521
14.10 Sentença do Juiz Presidente	523
14.11 Ata do julgamento.....	527
14.12 Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri.....	528
Síntese	529

Capítulo XIX NULIDADES

1. Conceito.....	531
2. Atos inexistentes e irregulares.....	532
3. Princípios que regem as nulidades.....	532
3.1 Não há nulidade sem prejuízo.....	532
3.2 Não há nulidade provocada pela parte.....	533
3.3 Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária.....	534
3.4 Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa.....	534
3.5 A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes....	534
4. Desatendimento de normas constitucionais.....	535
5. Nulidade em inquérito policial.....	535
6. Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas.....	536
7. Espécies de nulidade absoluta.....	536
7.1 Incompetência.....	536
7.1.1 Coisa julgada e incompetência.....	537
7.1.2 Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial.....	538
7.2 Suspeição e impedimento.....	538
7.3 Suborno do juiz.....	539
7.4 Ilegitimidade de parte.....	539
7.5 Ausência de denúncia ou queixa e representação.....	539
7.6 Ausência do exame de corpo de delito.....	540
7.7 Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador.....	540
7.8 Falta de citação, ampla defesa e contraditório.....	541
7.9 Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia.....	542
7.10 Ausência do réu e realização da sessão.....	542
7.11 <i>Quorum</i> para a instalação da sessão do júri.....	542
7.12 Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados.....	543
7.13 Inexistência dos quesitos e suas respostas.....	543
7.14 Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri.....	543
7.15 Ausência da sentença.....	544
7.16 Ausência de processamento ao recurso de ofício.....	544
7.17 Ausência de intimação para recurso.....	544
7.18 Falta do quorum legal para a decisão.....	544
7.19 Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	544
7.20 Decisão carente de fundamentação.....	545
8. Espécies de nulidade relativa.....	545
8.1 Infringência à regra da prevenção.....	545
8.2 Falta de intervenção do Ministério Público.....	546
8.3 Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.....	546
8.4 Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência.....	546

8.5	A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	547
8.6	Ausência da forma legal dos atos processuais.....	547
9.	Momento para arguição das nulidades relativas.....	547
10.	Convalidação das nulidades	548
	Síntese	549

Capítulo XX RECURSOS

1.	Conceito de recurso.....	553
2.	Natureza jurídica do recurso	554
3.	Características fundamentais dos recursos	554
4.	Efeitos dos recursos	555
5.	Recurso de ofício.....	555
6.	Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos	556
6.1	Desvio da administração pública no processamento do recurso.....	556
6.2	Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público.....	557
6.3	Múltipla legitimidade recursal	557
6.4	Interesse recursal	558
6.5	Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	559
6.6	Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos	560
6.7	Princípio da fungibilidade dos recursos	561
7.	Recurso em sentido estrito	561
7.1	Conceito.....	561
7.2	Cabimento	561
7.3	Processamento do recurso em sentido estrito	570
8.	Correção parcial.....	572
8.1	Conceito.....	572
8.2	Natureza jurídica da correção	572
8.3	Processamento	573
9.	Reclamação	574
9.1	Conceito de reclamação.....	574
9.2	Fundamento constitucional.....	574
9.3	Processamento da reclamação	575
10.	Agravo em execução criminal	575
10.1	Conceito de agravo em execução criminal.....	575
10.2	Rito do agravo	576
11.	Apelação	577
11.1	Conceito de apelação.....	577
11.2	Hipóteses de cabimento da apelação.....	578
11.3	Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros.....	583
11.4	Processamento da apelação	585
11.5	Trâmite no tribunal	587
12.	Agravo nos tribunais	591

12.1	Conceitos	591
12.2	Processamento	591
13.	Embargos de declaração.....	592
13.1	Conceito e extensão.....	592
13.2	Processamento dos embargos de declaração	592
14.	Carta testemunhável.....	594
14.1	Conceito e natureza jurídica	594
14.2	Cabimento e processamento da carta testemunhável.....	594
15.	Embargos infringentes e de nulidade.....	596
15.1	Conceito.....	596
15.2	Processamento	596
16.	Recursos extraordinário e especial.....	597
16.1	Conceito de recurso extraordinário.....	597
16.2	Conceito de recurso especial.....	598
16.3	Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário.....	599
16.4	Reexame de matéria de fato	599
16.5	Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário.....	599
16.6	Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria.....	601
17.	Recurso ordinário constitucional	603
18.	Embargos de divergência	603
19.	Normas disciplinadoras da competência recursal.....	604
	Síntese	605

Capítulo XXI AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

1.	Introdução.....	609
2.	Revisão criminal.....	609
2.1	Conceito de revisão criminal e natureza jurídica.....	609
2.2	Polos ativo e passivo na revisão criminal	610
2.3	Revisão criminal em confronto com outros princípios constitucionais	612
2.4	Hipóteses para o cabimento da revisão criminal.....	613
2.5	Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido.....	616
2.6	Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento.....	617
2.7	Indenização pelo erro judiciário.....	620
3.	<i>Habeas corpus</i>	622
3.1	Conceito de <i>habeas corpus</i>	622
3.2	Origem no Brasil.....	623
3.3	Ampliação do seu alcance	623
3.4	Natureza jurídica	624
3.5	Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização	624
3.6	Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento	625
3.7	Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i>	627
3.7.1	Regras gerais.....	627

3.7.2	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	628
3.7.3	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	629
3.7.3.1	Prequestionamento em <i>habeas corpus</i>	629
3.7.4	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	630
3.7.5	Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	630
3.7.5.1	Promotor de justiça como autoridade coatora.....	630
3.8	Legitimidade ativa e passiva.....	631
3.8.1	<i>Habeas corpus</i> coletivo.....	633
3.9	Formalidades e condições da impetração.....	635
3.10	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação.....	637
3.11	A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares.....	638
3.12	Processamento do <i>habeas corpus</i>	639
4.	Mandado de segurança.....	641
4.1	Conceito.....	641
4.2	Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal.....	642
4.2.1	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	643
4.2.2	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	643
4.2.3	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	643
4.2.4	Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	643
4.3	Alguns aspectos do processamento.....	643
4.3.1	Medida liminar.....	643
4.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	644
4.3.3	Petição inicial.....	644
4.3.4	Litisconsórcio necessário.....	644
4.3.5	Direito líquido e certo.....	644
4.3.6	Prazo para ajuizamento.....	645
4.3.7	Custas, despesas e honorários.....	645
4.3.8	Efeitos da sentença sobre a liminar.....	645
4.3.9	Participação do Ministério Público.....	645
4.3.10	Recursos cabíveis.....	645
Síntese	646

Capítulo XXII REABILITAÇÃO

1.	Conceito de reabilitação.....	647
2.	Procedimento.....	647
3.	Recurso de ofício.....	648
4.	Comunicação ao Instituto de Identificação.....	648
5.	Revogação da reabilitação.....	649
Síntese	649

Capítulo XXIII

RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1. Fundamento constitucional.....	651
2. Regras especiais.....	651
3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais.....	653
4. Carta rogatória	654
4.1 Conceito de carta rogatória.....	654
4.2 Outras diligências	655
4.3 Carta rogatória vinda do exterior.....	656
Síntese	656

Capítulo XXIV

DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO PENAL

1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais.....	657
2. Publicidade dos atos processuais em geral	657
3. Comportamento em audiências.....	658
4. Realização dos atos processuais	659
5. Conceito de prazo e contagem.....	660
6. Retirada dos autos de cartório.....	663
7. Custas nos processos criminais.....	664
8. Estatísticas criminais	665
Síntese	666
BIBLIOGRAFIA.....	667
OBRAS DO AUTOR	695